

POLÍTICA PÚBLICA E (IN)TOLERÂNCIA CULTURAL: DESAFIOS DA GESTÃO POLÍTICO-GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO NOS ESTADOS BRASILEIROS (NE/SE)

Marcos da Silva Rocha (Autor); Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador)

Universidade Federal do Ceará; marco.s.rocha@hotmail.com

Universidade Federal do Ceará; cdennys@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta inicialmente desafio de ordem ético-política: como lidar com as representações da tolerância cultural diante da promoção dos bens (materiais e imateriais) a patrimônio religioso? O núcleo da presente discussão reside na construção de uma metodologia exploratória, capaz de ampliar as tipologias desse processo de modelagem de um bem religioso. Optou-se, para a fundamentação metodológica da pesquisa, a escolha de 13 unidades federativas brasileiras (NE/SE) considerando como parâmetro o tradicional peso devocional das festividades marianas nas capitais para delinear o campo imagético-simbólico do lugar, demarcando uma observação, *a priori*, através dos principais midiáticos. Dessa forma desenvolveu-se um estudo qualitativo e articulado, estruturado a partir de uma atualização bibliográfica sobre patrimônio imaterial religioso, seguido de um acompanhamento dos festejos religiosos na capital cearense e cidades circunvizinhas. Realizou-se também um levantamento midiático das festas nas demais capitais (NE/SE) formulando uma tipologia do patrimônio festivo das festas marianas, conforme a leitura de tolerância cultural. Merece destaque a coleta de dados – imagens, vídeos e notícias – das festividades religiosas das 13 capitais postas em relevo observando o diálogo entre o patrimônio imaterial religioso e verificação dos desafios e estratégias da tolerância cultural. Como resultados principais pode-se destacar a compreensão da articulação das três estratégias de irradiação devocional (mídiação, turistificação e carnavalização) frente à gestão político-geográfica do patrimônio religioso (santuários marianos), nos estados do NE e SE, e, por extensão, elaborou-se referências metodológicas ao planejamento comunicacional de municípios-santuário, conforme a consolidação de um banco de dados e imagens virtuais.

Palavras-chave: Geografia da Religião; Política Pública; Tolerância Cultural; Patrimônio; Mídiação.

INTRODUÇÃO

Estudar as imbricações entre o fenômeno religioso e o poder público é sempre um desafio, sobretudo quando se trata de Brasil, país cuja tradição católica ainda é forte apesar do Estado laico de inspirações fortemente europeias ter sido instituído junto à República ao final do século XIX. Além desta questão, muito se debateu ao longo do século XX sobre a secularização e dessecularização da sociedade, a morte de Deus, ou o declínio do universo religioso dentro das ciências sociais. Contudo é cabível apresentar a fala de Roberto Cipriani (2012) quando este argumenta que em muitas dessas colocações “faltou séria confrontação com a realidade empírica”.

O autor continua dizendo que “mesmo quando em alguns casos se fez referência a tais pesquisas, o enfoque foi parcial, não contextualizado e generalizado com muita facilidade acerca de uma realidade que é, de fato, muito variada e cambiante.” (CIPRIANI, 2012).

O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa *Estratégias de Irradiação Devocional e Política Pública de Tolerância no Patrimônio Religioso dos Estados Brasileiros (NE/SE)*¹ vinculado ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES), Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará (UFC). A discussão aqui proposta centra sua reflexão na compreensão dos processos de valorização de determinados bens (materiais e imateriais) em detrimento de outros, amparados por uma discussão que perpassa a lógica da patrimonialização moderna: escopo fundamental da presente pesquisa. Bens estes, cada vez mais integrados à dimensão patrimonial da cultura e da espiritualidade, na escala do mundo-lugar (MARANDOLA JR; HOLZER; OLIVEIRA, 2012) e no itinerário devocional que redesenha na fé cristã insígnias pós-modernas (DEBRAY, 2004).

Alvo fundamental na avaliação do quanto se demanda, entre tantas políticas públicas atuais, uma política capaz de enfrentar os desafios culturais de promoção, diversidade, tolerância, pluralidade e gestão do patrimônio religioso. Trata-se da reformulação de um objeto vinculado a capacidade territorial de irradiação: da escala municipal representativa das “redes de lugares” à escala estadual, representativa das “regionalidades federativas”. A tendência imediata permanece sendo o enquadramento da leitura de uma Geografia da Religião renovada pelo enfoque político cultural; aberta a situar o ato devocional como fator político de interesse público (PEREIRA, 2013). Seja no âmbito do espaço de representação para uma territorialidade sagrada (GIL FILHO, 2008, p.101-116), seja na expressividade do sagrado no urbano, materializando a permanência da cisão sagrado/profano (ROSENDAHL, 1996, p. 25-47).

Centralmente, o objetivo da presente pesquisa é compreender a articulação das três estratégias de irradiação devocional (mídiação, turistificação e carnavalesco) frente à gestão político-geográfica do patrimônio religioso (santuários marianos), nos estados do Nordeste e do Sudeste brasileiro. E, por extensão, sistematizar referências metodológicas ao planejamento comunicacional de municípios-santuário, conforme a consolidação de um banco de dados e imagens virtuais. Contudo, os objetivos da investigação aqui apresentada se ampliam também para: analisar

¹ O projeto em questão contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada Universal – MCTI/CNPq – 14/2013.

as representações dos festejos marianos brasileiros por intermédio do acompanhamento amostral de santuários festivos; interpretar a caracterização de cada capital de estado selecionado, com base em um banco de dados e imagens devocionais (escritas, gráficas, sonoras), conforme os levantamentos da imprensa e redes digitais de informações; compor mapeamentos esquemáticos das festividades nas capitais dos 13 estados selecionados, observando o roteiro de visita da imagem peregrina de Nossa Senhora; formular uma tipologia do patrimônio festivo das festas marianas, conforme a leitura de tolerância cultural identificada nas representações sociais aferidas; indiretamente na mídia e diretamente por intermédio de grupos religiosos e culturais diversos.

Compreender os vieses religiosos da sociedade e suas espacialidades no mundo contemporâneo torna-se fundamental frente uma realidade que vem se tornando tão dinâmica. Os processos devocionais são realidades que merecem ser decifrados. Apesar de a religião ter tido sua *morte* decretada no último século, percebemos que esta está cada vez mais presente nas realidades individuais e coletivas. Deste modo, o presente estudo torna-se relevante pela possibilidade de fornecer bases à reflexão sobre as dinâmicas sócio-espirituais da contemporaneidade, ao planejamento político-geográfico nos municípios com forte peso devocional e levantar fortemente o debate acerca da tolerância cultural e do pluralismo religioso.

METODOLOGIA

Optou-se, para a fundamentação metodológica da pesquisa, a escolha de 13 das 27 unidades federativas brasileiras (NE/SE) considerando como parâmetro o tradicional peso devocional das festividades marianas nas capitais para delinear o campo imagético-simbólico do lugar, observando a operacionalização das estratégias devocionais de irradiação (comunicação midiática, visitação turística e ritualização carnavalesca) demarcadas, a priori pelos principais veículos de imprensa em contraponto às demais confissões religiosas.

O discurso da (in)tolerância religiosa se constitui através da apropriação do outro, ou seja, na vinculação com as demais formas de religiosidades socialmente institucionalizadas. Não obstante, optou-se para a fundamentação da pesquisa considerar como parâmetro o tradicional peso devocional das festividades marianas para delinear o campo imagético-simbólico das representações observando a operacionalização das estratégias devocionais de irradiação (comunicação midiática,

visitação turística e ritualização carnavalesca) e as intervenções das políticas culturais (princípios operacionais, administrativos e orçamentários) que atendem aos aspectos (não) simbólicos demandados por esses processos alicerçados na experiência católica. A ideia de um contraponto metodológico pautado na tradicionalidade católica refere-se à perspectiva do poder alimentado e reproduzido na construção de espaços sagrados, símbolos e ritos que constituem territorialidades que se fortalecem e/ou se defendem na rejeição do outro por meio da intolerância. Destarte, o exercício de resguardo e promoção dos bens culturais religiosos pressupõe a preservação da identidade e continuidade do outro, todavia na construção de políticas culturais, que outro se prioriza? O debate toca também, inevitavelmente, a questão da tolerância religiosa.

Os lugares em questão (municípios-santuários) são discutidos a partir do eixo institucional/eclesial, ainda centrados na hegemonia católica, contudo não isoladamente. Posto o conjunto de transformações políticas e jurídicas que suscitam o debate sobre as representações culturais permitindo (?) às demais manifestações religiosas a busca/ocupação sistemática de seu lugar na sociedade pós-moderna. Dessa forma se desenvolve um estudo qualitativo e articulado, onde a pesquisa se estrutura a partir quatro etapas fundamentais. A saber:

1. Atualização bibliográfica das referências literárias e científicas sobre o patrimônio imaterial religioso que embasa o trabalho de campo realizado;

2. Acompanhamento dos festejos religiosos na capital cearense e cidades circunvizinhas demarcando localmente as representações internas e externas aos grupos religiosos - católicos, evangélicos, não cristãos e sem religião - estabelecidas em função dos municípios-santuários;

3. Acompanhamento midiático das festas nas demais capitais do Nordeste e do Sudeste formulando uma tipologia do patrimônio festivo das festas marianas, conforme a leitura de tolerância cultural. Dessa forma, procurou-se desenvolver uma visualização da dinâmica dos principais jornais digitais em circulação em função de uma grande evento católico nas capitais selecionadas, em paralelo a veiculação de imprensa de igrejas evangélicas, religiões de matrizes africanas e demais devoções;

4. Coleta digital de imagens, vídeos e notícias das festividades religiosas, tendo em vista uma condição comparativa das 13 capitais das regiões (NE/SE) observando o diálogo entre o patrimônio imaterial religioso e verificação dos desafios e estratégias da tolerância cultural.

Sistematizando-as para a formação de uma tipologia, a que se pretende, no Banco de Dados e Imagens dos Municípios-Santuários/Capitais (BaDI-MuSa-C).

RESULTADOS

Dentre a observação do aparato estratégico dos eixos apontados no projeto de pesquisa visualizados em conjunto ou parcialmente nas festividades marianas analisadas em campo, dentre elas, festividades formalmente registradas como bens culturais imateriais, constatou-se a coexistência com identidades religiosas marginalizadas em detrimento à herança euro-lusa-católica, embora essas mesmas confissões sejam referências culturais da formação histórico-social brasileira. Para além da discussão profícua sobre o entrelaçamento dos espaços sacros e profanos na práxis católica, ou ainda, a sua inserção da lógica empresarial e comunicacional, observa-se que a Igreja Católica, em linhas gerais, representa a tradicionalidade e o sagrado, o lugar comum que detém continuidade histórica, o seu campo imagético-simbólico e institucional que se ramificam em estratégias devocionais que se adéqua, em relação às fundamentações das políticas públicas culturais, ao *modus operandi* do cariz sociológico apontado por Botelho (2001). Seria ingênuo pressupor que as demais manifestações religiosas, não desenvolvessem diante da sociedade atual um “valor utilitário e econômico” (FONSECA, 2005), o caráter simbólico dessas religiosidades que os associam a construção de uma identidade, são apropriados através de um discurso antropológico da cultura, o que lhes confere visibilidade, intermediado e, de certa maneira, produzido pelo Estado para a instrumentalização das políticas culturais.

Fonseca (2005, p. 42) explicita essa característica separando as esferas dos bens culturais e patrimoniais que “a intermediação do Estado no segundo caso, através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura”. No entanto, supor que a reprodução desta leitura seja totalmente incorporada socialmente, ao ponto de suplantar as visões de mundo também culturais e dominantes, no caso é simplista. Sob essa contextura podemos enfocar a vinculação sincrética religiosa brasileira, o discurso do Estado de preservação de identidade e continuidade da religiosidade afrodescendente como patrimônio cultural e a histórica intolerância religiosa a essas designações de fé. Dessa forma, outra forma de leitura se constrói na esfera da (in)tolerância religiosa. A necessidade de se apontar a derivação do termo se encontra na própria caracterização do

discurso, uma série de problemáticas nem sempre claramente diferenciadas e/ou definidas e seus desmembramentos nas políticas públicas. O discurso da tolerância religiosa, nesse contexto, se avoluma em torno de uma metodologia de apoio à pluralidade. Esta última se institucionaliza num espaço social permitido no discurso do Estado. Sobre essas preocupações, a partir da observação do espaço simbólico católico nas estratégias devocionais das festividades marianas a vinculação ao aparato jurídico-institucional intrínseco a aplicação das políticas públicas, a equivalência em relação às demais formas de religiosidade brasileira, se constrói a ideia de uma escala da intolerância elaborada através dos relatos de violência veiculados em mídia digital entre os anos 2014, 2015 e primeiro semestre de 2016. Os apontamentos a seguir se referem às reflexões iniciais sobre a convergência e tipos de intolerância religiosa considerando como parâmetro os espaços sagrados, símbolos e ritos institucionalizados, no caso, as festividades marianas, concomitante com a apropriação e desdobramento desses espaços sagrados na dinâmica das relações sociais ressignificando-os.

O mapeamento esquemático da Intolerância Religiosa se realiza levando em consideração, como apontado anteriormente, aos relatos veiculados em mídia digital entre os anos 2014, 2015 e primeiro semestre de 2016. A averiguação se distribui em três vertentes religiosas – matrizes africanas, catolicismo, protestantismo - ainda que, na construção da pesquisa, se identifique casos de intolerância num espectro maior de religiosidades (regionalidades). Os resultados encontrados para as buscas feitas com as palavras-chaves utilizadas (preconceito religioso, intolerância, violência religiosa, intolerância religiosa, discriminação religiosa, etc.) nas ferramentas de buscas *on-line* nos dá um aspecto inicial da representatividade do fenômeno, somadas, as menções à estas palavras, nos treze estados, elencados chegam ao número impressionante de 2.071.500 milhões de menções. De antemão, o fato citado corresponde à metodologia exploratória utilizada e desenhou uma primeira visualização da problemática.

A caracterização dessa imagem superficial aponta aspectos relevantes, por exemplo, divididas em dois blocos regionais, as referências a intolerância religiosa veiculadas por capital indica uma escala primária, das capitais nordestinas a que apresenta maior quantidade de menções é a cidade de Salvador, representando cerca de 25,6%. Das capitais do Sudeste, a grande São Paulo reúne 51,9% das menções nos sites de busca seguida pela cidade do Rio de Janeiro, com 36%. Dada a desproporção da quantidade de estados que compõem os blocos regionais da pesquisa (NE/SE), respectivamente, 9 e 4 unidades federativas, outro aspecto relevante é a equivalência de menções a intolerância religiosa em mídia digital, totalizando 51,38% (NE) e 48,62% (SE), o que denota uma

possível ligação com os dados apresentados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH) do Governo Federal apontando que, dos 462 registros de denúncias referentes a intolerância religiosa, entre os anos de 2011-15, 42,8% das queixas foram registradas na região Sudeste. Na região Nordeste, os estados com maiores números de denúncia foram Bahia e Ceará, por ordem, 8% e 3,6%. A correlação dos dados não sugere que a quantidade de denúncias seja proporcional ao número real de ocorrências em relação às regionalidades.

O recorte organizado para o mapeamento da Intolerância Religiosa sistematiza a pesquisa segundo alguns parâmetros - Relatos de violência; recorte temporal retrocitado; vertentes religiosas específicas. Logo, num segundo momento, as menções a intolerância nas mídias digitais são afinadas seguindo os parâmetros definidos. Na estruturação dos relatos de violência, distinguiu-se maior incidência dos eventos elencados - impedimentos, perturbação e invasão dos espaços de rito; vandalismo, depredação da estrutura física e danificação dos elementos simbólicos das formas religiosas - símbolos, imagens, ídolos, vestimentas; ameaças, veiculações de ofensas religiosas em sites na internet, agressão física e verbal, incluindo até assassinatos. Das matrizes religiosas selecionadas para o estudo, o maior número de menção a violências cometidas é direcionado as religiões de matrizes africanas, em segundo, a religião católica, seguida pelo protestantismo. Segundo o balanço de atendimento as vítimas de intolerância religiosa do Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR) no estado do Rio de Janeiro, totalizados 948 atendimentos, entre julho de 2012 a dezembro de 2014, os casos de intolerância contra religiões afro-brasileiras representaram 71,15% dos casos.

Não obstante, a mensuração dos dados disponibilize parâmetros sobre a reflexão da problemática, a discussão da pesquisa aponta para a elaboração de políticas públicas culturais a partir das representações da (in)tolerância religiosa. Na análise das reportagens veiculadas, depara-se com a relação do poder público como gestor dos espaços sagrados e a eficácia desse discurso. *A priori*, além a disputa simbólica e o desdobramento desses espaços sagrados, observa-se a cisão dos agentes públicos em relação às práticas sobre a intolerância religiosa. Nas falas contidas nas reportagens é possível observar não só a reivindicação dos espaços sagrados por confissões religiosas marginalizadas – incluindo, também as religiões neopentecostais, como discurso do Estado na construção de políticas públicas culturais que se pautam num sentido de tradicionalidade e continuidade que se estruturam em torno de desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com o estudo realizado, a região Nordeste apresenta maior incidência de casos com essas características. Em 2015, representantes do Coletivo Religioso de Matriz Africana e da religião evangélica foram ao Ministério Público de Alagoas, para decidirem quem utilizaria a orla de Pajuçara dia 8 de dezembro, os grupos de matriz africana celebram o dia de Iemanjá nesta data em Maceió, tradicionalmente. No entanto, os grupos evangélicos da cidade reivindicaram o espaço na mesma data para realizar o evento “Maceió de Joelhos”, segundo o representante dos grupos evangélicos, a data foi escolhida por ser um dia após o aniversário de Maceió, e o local ser de fácil acessibilidade. O evento ocorre há cerca de nove anos, e segundo o mesmo, é considerado tradicional para os grupos evangélicos de Maceió. Em Salvador, foi aprovado na câmara de vereadores, proposta para a colocação de uma réplica da Bíblia no Dique do Tororó, onde se encontram doze réplicas representando os Orixás, a autora da proposta, vereadora Cátia Rodrigues (PROS) justifica seu projeto argumentando que a ação seria em nome da tolerância religiosa.

Outro aspecto observado é o *silenciamento* das religiosidades de matriz afro-brasileira que representam grande parcela da população brasileira. Na região Sudeste, em 2014, uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), pedia a retirada da internet de vídeos de cultos evangélicos depreciando a prática de Candomblé e de Umbanda, entre outras manifestações religiosas afro-brasileiras, a Justiça Federal do Rio de Janeiro, decidiu que as crenças citadas não deviam ser consideradas religiões por ambas não apresentarem traços necessários para o reconhecimento destas como tal, texto base, estrutura hierárquica e a representação de uma divindade a ser venerada. Deste modo, observa-se um movimento retórico do papel dos agentes públicos, mediadores e fomentadores dos conflitos no discurso da (in)tolerância religiosa, essas complexidades se refletem na adoção de políticas públicas culturais e nas ações correlatas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma rede espacial complexa estabelecida por meio das festividades religiosas emergindo em conjunto com a legitimação dos espaços simbólicos envolve diversas interações socioculturais e territoriais que sucinta uma série de discussões sobre as formulações e intervenções desenvolvidas pela administração pública para o resguardo e promoção dessa perspectiva social, sobretudo uma perspectiva que incentive uma cultura de tolerância e incentive em torno do pluralismo religioso, ultrapassando os “limites da tradição” (SANCHEZ, 2010, p. 37). Entretanto, sob essa ótica observa-se uma característica singular, a crescente participação, na

formação dessa teia espacial, de confissões religiosas anteriormente marginalizadas que se apropriam dos espaços ressignificando-os e reclamando-os também como espaços de resistência. Deste modo, outro viés na problemática sobre a construção de políticas públicas de resguardo e promoção dos bens culturais (materiais e imateriais) se apresenta.

“Parece que aquilo que somos menos capazes de tolerar é uma ameaça a nossos poderes de concepção, uma sugestão de que nossa capacidade de criar, apreender e utilizar símbolos pode falhar” (GEERTEZ, 2008, p. 73). O debate da tolerância perpassa por diversas esferas, visto que vivemos um contexto de múltiplas intolerâncias. Conviver com as diferenças em sociedade não é uma tarefa fácil, a intolerância se mostrará de vários modos, seja de ordem étnica, socioeconômica, sexual ou genética. Diante desta, é importante que o debate acerca do tema, enfoque a religião e realize uma discussão a respeito do conceito de tolerância religiosa na sociedade contemporânea, debatendo inclusive sobre sua mancha semântica e apresentando como órgãos internacionais tratam o tema no contexto de paz. Dialogar-se-á também com textos clássicos do filósofo iluminista John Locke e sua obra clássica *Carta Sobre a Tolerância* na perspectiva filosófica do assunto, visto que o próprio momento histórico em que a obra foi escrita, um contexto de intolerância e instabilidade social ainda se faz muito presente no atual debate.

Na análise dos relatos de intolerância, nota-se um rompimento dual desse contrato, as confissões religiosas protagonizam novos espaços simbólicos e refutam a hierarquização dos espaços. Alguns setores sociais e religiosos conservadores, para além do discurso valorativo do Estado – Pluralidade cultural, do resguardo e promoção dos bens culturais brasileiros, arremedam uma cruzada pelos valores civilizatórios. Desse modo, o discurso da (in) tolerância religiosa se entrecruza na construção das políticas culturais apresentando medidas paliativas que se associem também a lógica da identidade em função do desenvolvimento econômico. O mapeamento dos estados do Nordeste e Sudeste, na tentativa de se construir uma escala da tolerância assinalada pelas especificidades regionais, aponta a heterogeneidade dos discursos que se manifestam no espacialmente através das políticas culturais. A metodologia proposta não tem como cerne diagnosticar o estado, ou região, mais ou menos tolerante, se propõe a observar através dos relatos as particularidades destes, as ramificações e especificidades são inúmeras, desta forma, políticas públicas que atendam demandas específicas são necessárias. No entanto, a leitura em que se alicerçam políticas são construídas em torno de leituras pontuais – espaciais e temporais – que obliteram essa pluralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, ISAURA. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em perspectiva, 15(2) 2001. Disponível em:
<http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/botelho_i_dimensoes_da_cultura_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 18 de abr. 2016.

CIPRIANI, Roberto. “A religião no espaço público”. In: ORO, Ari Pedro *et al.* **A religião no espaço público**: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

DEBRAY, R. **Deus, um itinerário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal da preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1 ed. 13 reimpr. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço Sagrado, estudos em Geografia da Religião**. Curitiba, IBPEX, 2008.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância**. São Paulo: Hedra, 2010.

MARANDOLA, E.; HOLZER, W; OLIVEIRA, L.de. (org). **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

PEREIRA, José C. A. “Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo”. In: REVER. **Revista de Estudos da Religião**. Nº 3 / 2003 / pp. 67-98. ISSN 1677-1222, Disponível em:
<http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_pereira.pdf> Acesso em 15 ago. 2015.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**. Uma Abordagem Geográfica. Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, 1996.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Pluralismo Religioso**: as religiões no mundo atual. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

OUTRAS FONTES

Especial de Direitos Humanos (SDH) do Governo Federal
<http://www.sdh.gov.br/>

Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (CEPLIR)
<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1416191>

